



ano 3  
número 20  
ISSN 2595-8232

Título | A importância geoestratégica das descobertas de petróleo na Guiana

Autor | Raphael Padula<sup>1</sup>  
Igor Candido de Oliveira<sup>2</sup>  
Matheus de Freitas Cecílio<sup>3</sup>  
Caio Jorge Prado<sup>4</sup>

Palavras-chave | América do Sul, Guiana, Petróleo e Tensões Geopolíticas

Outubro de 2020

---

<sup>1</sup> Coordenador e Professor da Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) do Instituto de Economia da UFRJ (IE-UFRJ), Pesquisador-Visitante do IPEA no projeto “O Brasil e a América do Sul”.

<sup>2</sup> Mestrando do PEPI-IE-UFRJ.

<sup>3</sup> Mestre e Doutorando pelo PEPI-IE-UFRJ.

<sup>4</sup> Mestrando do PEPI-IE-UFRJ.



Instituto de pesquisa de natureza privada criado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que fornece suporte técnico às ações da Federação e fomenta o debate público por meio da produção e divulgação de pesquisas, artigos e palestras. O espírito do Instituto tem um caráter público no sentido de prover uma compreensão das transformações e dos impactos econômicos, políticos e sociais das empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade brasileira.

## TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação que divulga uma série de textos elaborada pelos pesquisadores do Instituto e também de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores parceiros que tratam de temas relacionados ao setor energético, principalmente geopolítica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

### **Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep**

---

Texto para Discussão / Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2020.

ISSN 2595-8232

---

## 1. Introdução

A Guiana é um país situado geograficamente em uma posição estratégica no norte da América do Sul e no Grande Caribe. Além da localização, o seu território passou a apresentar valor estratégico e econômico em termos de recursos naturais após as recentes descobertas de significativas reservas de petróleo na sua parte leste, que começaram a ser exploradas em 2020, tendo como empresa protagonista a estadunidense ExxonMobil.

A combinação de abundância de recursos naturais com fragmentação e disputas políticas internas pode ser aproveitada por atores externos estatais e privados, interessados em apoiar diferentes grupos internos com o objetivo de obter acesso facilitado à exploração de tais recursos. Assim, a análise das implicações das recentes descobertas e exploração de significativas reservas de petróleo na Guiana demanda um olhar a partir do ângulo da disputa de poder global e regional, levando em conta a aceleração competitiva interestatal impulsionada pelos Estados Unidos desde os anos 1970 e a ascensão de potenciais desafiantes à sua posição de supremacia no século XXI, que tem implicações sobre a disputa por recursos estratégicos (FIORI, 2007).

Ao mesmo tempo, é necessário atentar para suas interconexões com disputas intraestatais, e a utilização de instrumentos econômicos e não convencionais, para além dos militares e explícitos, para fins geopolíticos, buscando controlar recursos e territórios.

O objetivo central desse Texto para Discussão é analisar as implicações das descobertas petrolíferas na Guiana do ponto de vista geoeconômico e geoestratégico. Assim, podemos identificar conexões com a presença dos Estados Unidos no país por meio de suas empresas petrolíferas e atuação diplomática, além de outras potências externas, como a China, afetando os interesses de vizinhos regionais, como a Venezuela. Ao mesmo tempo, é possível identificar uma ausência de perseguição de interesses estratégicos por parte do Brasil, vácuo que é ocupado por atores externos.

Para cumprir seu objetivo, o texto está dividido em mais sete seções. A primeira faz um exame acerca da importância geográfica do território da Guiana. A segunda analisa a visão geoestratégica dos Estados Unidos, a potência incontestada da região, por meio da lente de seus principais objetivos geopolíticos. A terceira destaca a importância da Guiana e suas relações com o maior país da América do Sul, o Brasil. A quarta seção mostra a disputa por Essequibo com a Venezuela, a Guiana na visão geopolítica venezuelana, e os desdobramentos das descobertas petrolíferas na Guiana. A quinta discute sobre as disputas potenciais entre Guiana e Suriname,

e descobertas petrolíferas no Suriname; e, por fim, a sexta seção associa a conjuntura global em torno do petróleo e os acontecimentos no setor na Guiana, com seus desdobramentos internos e internacionais recentes. A última seção se dedica às conclusões e considerações finais.

A argumentação se apoiará na utilização de autores e conceitos de geopolítica; dados sobre petróleo da agência estadunidense International Energy Agency (IEA), do Centro para Estudos Estratégicos (CSIS) e do Banco Mundial, entre outras instituições; documentos do governo da Guiana; artigos de jornais do país e do setor de petróleo, dentre outros.

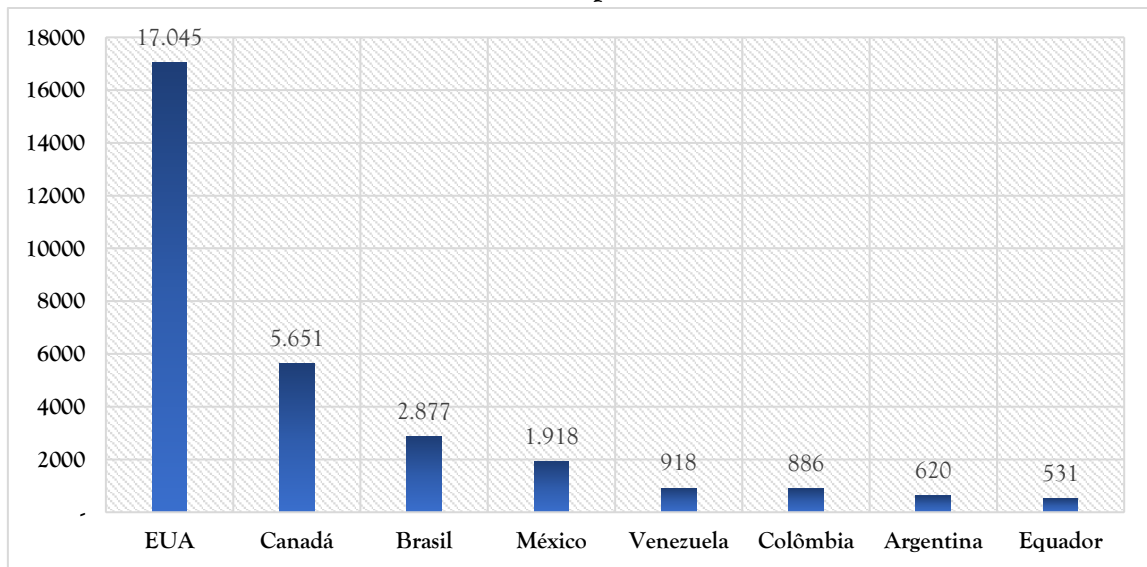
## 2. Guiana: geografia, petróleo e configuração política

Em termos de posição geográfica, o território da Guiana situa-se ao norte da América do Sul, ao norte do Rio Amazonas e a leste do Rio Orinoco. Sua localização a coloca como parte da Amazônia, sendo fronteira com a Venezuela, Brasil e Suriname, tendo uma disputa territorial não resolvida com a primeira e uma resolvida com o último – mas com potencial para ser retomada, como será mencionado adiante. Sua posição em relação ao mar é voltada para o Oceano Atlântico e o Grande Caribe, próxima ao canal do Panamá, ponto de articulação Atlântico-Pacífico. É da área costeira de onde podem advir projeções de poder de potências de fora da América do Sul, e é também onde se concentra maior parte de sua população (cerca de 90%). Seu isolamento em relação à América do Sul se dá pela posição geográfica e/ou pela carência de infraestrutura de conexão eficiente.

Quanto ao seu espaço, recursos e atividades econômicas, historicamente, a Guiana se apresenta como uma pequena economia primário-exportadora, de agricultura fraca combinada com atividades de exploração de bauxita e ouro. É o segundo país mais pobre da América do Sul, com um terço de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. No entanto, Kelly (1997) ressalta que o território da Guiana pode apresentar importância geopolítica devido a substanciais reservas minerais e à sua posição geográfica entre o Brasil e o Caribe. Seu valor estratégico será rapidamente modificado com o país entrando no seleto grupo de grandes produtores de petróleo nos próximos anos. Um fator adicional nesse sentido é que seu vizinho Suriname também vem apresentando grandes descobertas petrolíferas em 2020<sup>5</sup>, e sua outra vizinha Venezuela é um país historicamente rico em petróleo, tendo ampliado suas reservas com as descobertas da Faixa Petrolífera do Orinoco, colocando-a em 2010 com as maiores reservas do mundo.

<sup>5</sup> “O Suriname tem pelo menos de três bilhões a quatro bilhões de barris de reservas, segundo especialistas em energia, ou quase metade do petróleo e do gás descobertos em todo o mundo no ano passado” (KRAUSS, 2021).

**Gráfico 1 – Maiores produtores de petróleo do continente americano (2019). Em mil barris por dia.**



Fonte: BP Statistics Review. Elaboração Inep.

**Tabela 1 – Países do continente americano com maior volume de reservas (2017)**

Ranking	Países	Reservas (bilhões de barris)
1	Venezuela	300
2	Canadá	170
3	Estados Unidos	35
4	Brasil	13
5	Equador	8
6	México	7
7	Guiana	6
8	Argentina	2
9	Colômbia	2
10	Peru	0,5

Fonte: US Energy Information Administration. Elaboração dos autores.

O tamanho das reservas guianenses comprovadas até agora já é comparável às do México e do Equador, e é equivalente à metade das reservas do Brasil, sendo a sétima maior reserva do continente e vigésima segunda maior do mundo. Porém estão concentradas em uma pequena faixa territorial marítima, e constatou-se que o petróleo encontrado é leve, de alta qualidade, e com custo de produção consideravelmente abaixo da média, revelando um alto potencial exportador.

Além disso, o consumo local é muito pequeno. Segundo dados da EIA (Energy Information Administration, agência ligada ao Departamento de Energia dos Estados Unidos), a Guiana está na 150ª posição na lista de consumo de petróleo por país, com 15 milhões de barris/dia o que implica em alto potencial exportador. Com uma população de apenas 780 mil habitantes, resulta em uma relação de

reservas per capita bastante alta. Projeta-se que na década de 2020 a Guiana será o país com maior produção de petróleo per capita do mundo, superando Kuwait, Emirados Árabes e Arábia Saudita, por exemplo (MILLS, 2018).

A configuração política interna da Guiana é curiosa e pouco comum na América Latina. Os grupos políticos principais, que têm se revezado no poder desde a independência em relação à Inglaterra em 1966, estão estritamente vinculados aos dois maiores grupos étnico-raciais do país. O primeiro se refere aos guianenses de origem indiana (*People's Progressive Party* – PPP), que são cerca de 40% da população; e o segundo se trata dos guianenses de origem africana (*Partnership for National Unity* – APNU), aproximadamente 30% da população. O restante da população é composto por mestiços (20%) e indígenas (10%), de acordo com o censo de 2012. Ambas as populações guardam algum grau de ressentimento entre si, que se reflete em tensões raciais variáveis que esporadicamente ficam mais evidentes, apesar das tentativas dos partidos de reconstruírem suas bases políticas desvinculando-se do exclusivismo étnico-racial.

Além da localização estratégica, essa combinação de abundância de recursos naturais com fragmentação e disputas políticas internas pode ser aproveitada por atores externos estatais e privados, interessados em apoiar diferentes grupos internos com o objetivo de obter acesso facilitado à exploração de tais recursos. Como destaca o geógrafo francês Le Billon (2005), assim é possível conectar a geopolítica e as disputas interestatais por recursos estratégicos com as disputas intraestatais, e mesmo identificar uma espécie de “maldição dos recursos naturais” que se manifesta não só do ponto de vista econômico – da dependência da exploração de recursos naturais combinada ao subdesenvolvimento – mas também político – das disputas internas e da projeção de atores externos.

### 3. Estados Unidos: importância geoestratégica da Guiana e do Grande Caribe

A importância geoestratégica da região na qual se encontra a Guiana (e suas reservas petrolíferas) para os Estados Unidos é revelada nos escritos de renomados estrategistas, como Alfred Mahan e Nicholas Spykman, cujas contribuições se referem às bases do pensamento estratégico estadunidense.

No fim do século XIX, ao estudar os fundamentos da supremacia britânica, Mahan destacou a importância do controle dos mares e oceanos. A partir disso, pregou a importância do Grande Caribe (Mar do Caribe e Golfo do México) como área de interesse estratégico estadunidense, sendo um mar mediterrâneo americano, cujo controle incontestado e a construção de um canal no istmo do Panamá dariam à marinha estadunidense capacidade de mobilidade entre o Atlântico e o Pacífico.

Desse modo, também negando acesso a rivais, e podendo reunir sua marinha de guerra em um único ponto por questões de segurança ou aproveitar uma rota comercial eficiente e segura para a expansão de suas exportações manufatureiras (MAHAN, 1897).

Spykman (1942) seguiu a visão de Mahan. Ao mesmo tempo em que apontava que a disputa de poder global tinha como elemento chave a promoção do equilíbrio de poder na Eurásia, destacava a importância da manutenção da supremacia hemisférica estadunidense. Dentro do contexto do hemisfério americano, na América Latina, promoveu a divisão entre a América Mediterrânea (Mapa 1, abaixo) e a Meridional, que estaria ao sul do rio Amazonas e apartada da anterior pelos obstáculos geográficos da Amazônia e das cordilheiras andinas. Como coloca Fiori (2007), Spykman define a América Mediterrânea “como uma zona em que a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada. Para todos os efeitos trata-se um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos” (FIORI, 2007).

**Figura 1 – América Mediterrânea segundo Spykman**



Fonte: Elaboração dos autores.

Ou seja, dentro da estratégia de supremacia hemisférica concebida por Spykman, a “América mediterrânea”, onde se situa a Guiana, próxima ao gargalo marítimo de articulação bioceânica, é vista como uma área na qual os seus Estados devem ser permanentemente dependentes e subservientes aos Estados Unidos. Não é por outra razão que atualmente este país tem presença militar espalhada por países da América Central e Caribe. Os Estados Unidos possuem presença militar em

Guantánamo (Cuba), Soto Cano (Honduras), Aruba e Curaçao (ilhas holandesas), Comalapa (El Salvador), Colômbia, Guiana e Suriname (BANDEIRA, 2009 e FIORI; PADULA; VATER, 2013).<sup>6</sup>

A partir de então, as recentes descobertas de petróleo na Guiana se localizam em um território cuja supremacia estadunidense não pode ser contestada. Assim, o petróleo vem agregar valor econômico e estratégico ao espaço territorial guianês, do ponto de vista da geoestratégia dos Estados Unidos. Não é do interesse do país que qualquer Estado ou aliança na região utilize recursos estratégicos para desafiar sua supremacia. Além disso, as reservas de *shale gas* – que podem garantir a autossuficiência dos Estados Unidos – apresentam uma tendência a se esgotar rapidamente, o que faz com que no médio prazo as reservas dos países sul-americanos – incluindo Brasil, Venezuela, Suriname e Guiana – possam ter uma importância estratégica para o abastecimento estadunidense no médio prazo. Nesse sentido, seguimos a interpretação do cientista político estadunidense Michael Klare (2008) de que a Doutrina Carter segue como uma orientação estratégica da política externa dos Estados Unidos, mas em uma dimensão global.<sup>7</sup> Portanto, para os Estados Unidos a presença de suas empresas, como a ExxonMobil, na exploração do petróleo guianês, atuando de forma predominante, é de suma importância.

Em 2019, entre maio e agosto, o Comando do Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos promoveu o exercício militar anual *New Horizons* na Guiana, na forma de assistência cívica humanitária, provendo treinamento para suas tropas em engenharia, construção e cuidados médicos, mas envolvendo um aparato militar desproporcional para tal finalidade. Nos últimos 20 anos, é a terceira vez que a Guiana participa do exercício, contando com 2004 e 2009. Alguns analistas observaram a presença militar estadunidense na Guiana como uma manobra dos Estados Unidos para envolver a Venezuela, incluindo sua presença militar e bases em território colombiano.

A Guiana também está enquadrada na Caribbean Basin Security Initiative (CBSI), conduzida pelos Estados Unidos como uma assistência sob o pretexto de combater o narcotráfico na região. O sucesso limitado (ou fracasso) dos

<sup>6</sup> A presença militar estadunidense não deve ser avaliada de forma restrita a operações militares com países e rede logística, formada por bases militares ou centros de apoio, mas também por atividades de formação e treinamento, ajuda e comércio militar, e missões cívico-sociais, fundamentais para a proliferação de sua agenda de segurança e para controlar as forças dos demais países.

<sup>7</sup> No âmbito da Guerra Fria, em um contexto histórico de invasão soviética ao Afeganistão e Revolução Islâmica (estabelecendo um governo contrário aos Estados Unidos) no Irã, a doutrina de política externa anunciada pelo presidente em 1979 previa que qualquer ataque de força externa à região do Oriente Médio, estratégica em termos de recursos e rotas comerciais energéticas, seria encarada como uma ameaça aos interesses vitais dos Estados Unidos, e, por isso, deveria ser respondido por todos os meios necessários, mesmo o emprego da força militar.



Estados Unidos na sua política de “guerra contra as drogas” fora de suas fronteiras no hemisfério ocidental, levada desde os 1980, tem garantido um pretexto para sua atuação militar em países da América do Sul, Central e Caribe. Ao mesmo tempo em que o país se mantém como o maior mercado consumidor de drogas do mundo (HORWITZ; BAGLEY, 2016), a política de engajamento no combate ao narcotráfico e ao crime transnacional no Caribe aparece na *National Security Strategy* do Presidente Donald Trump, de 2017, assim como *US Strategy for Engagement in the Caribbean* de 2020, do *Bureau of Western Hemisphere Affairs*.

#### 4. Brasil: importância estratégica da Guiana

A Guiana é também um país amazônico e vizinho ao Brasil, com 1.605 km de fronteira terrestre. Por um lado, a área amazônica, incluindo o território venezuelano e guianês, pode servir de plataforma para o Brasil ter acesso a portos do Norte da América do Sul no Atlântico e no Caribe. Por outro lado, como espelho disso, o território da Guiana pode servir como área de articulação (plataforma) para os Estados Unidos, a partir do mediterrâneo americano, penetrar na região amazônica e posteriormente para toda América do Sul, como apontou o geopolítico brasileiro Mário Travassos. Travassos (1938) salienta que as influências marítimas conduziram ao fracionamento político da América Central e Grande Caribe, desde a fronteira com a Colômbia até a fronteira com o México, no qual o progresso e as ações políticas dos Estados Unidos atuaram incisivamente, e onde a presença de recursos estratégicos deve balizar o impulso *yankee* penetrando na América do Sul.<sup>8</sup> Diante de tal quadro, Travassos (1938) aponta que haveria um antagonismo futuro do Brasil com os Estados Unidos, e que, devido à sua posição e características geográficas (maior país da América do Sul, fronteiro a quase todos os países), o Brasil seria chamado a exercer o papel de coordenador sobre tão complexas circunstâncias econômicas e políticas que envolvem o continente sul-americano (TRAVASSOS, 1938).

A partir dos argumentos de Travassos (1938), pode-se concluir que há razões defensivas para que o Brasil se projete e estabeleça relações políticas e econômicas com os países da América do Sul e da Amazônia, em particular do norte.

Do ponto de vista da segurança e desenvolvimento da Amazônia, o geopolítico Carlos Meira Mattos (1980) aponta a região como rica em recursos estratégicos que não só atendem aos interesses de outras nações, mas que são a chave

---

<sup>8</sup> “(...) [C]abem à borracha e ao petróleo as referências que devem balizar o primeiro lance às influências político-econômicas yankees em território sul-americano. A esses imperativos respondem o controle exercido pelos americanos sobre o petróleo da Venezuela, da Colômbia e do Peru e a atuação Ford na Amazônia” (TRAVASSOS, 1938, p. 77).

para o desenvolvimento dos países sul-americanos, visto que a região possui caráter multinacional envolvendo oito Estados sul-americanos (e um território ultramarino francês), entre eles a Guiana. O Brasil, pela sua importância política e econômica, e participação com 69% do território pan-amazônico, deveria ter papel fundamental coordenando o processo de integração amazônica. Tal concepção é potencializada com a descoberta de petróleo da região pan-amazônica, amplificada com as descobertas recentes na Guiana e Suriname.

Apesar da importância da Guiana do ponto de vista geoestratégico para o Brasil, as conexões diplomáticas entre os países são de baixa importância, a infraestrutura de transporte entre eles é escassa e inadequada, e as relações comerciais são baixas, sendo que 99% da corrente de comércio são exportações de brasileiras. O tema principal entre os países é a imigração, pois vivem na Guiana cerca de 18 mil brasileiros, sendo 80% garimpeiros ilegais.

Em 2000, o Brasil realizou a primeira reunião de presidentes da América do Sul incluindo todos os países, lançando a Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) nesta ocasião, sob iniciativa do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula, a partir de 2003, a projeção e integração regional sul-americana se tornou uma prioridade da política externa brasileira, podendo ser observada também no período uma crescente internacionalização da Petrobras, garantindo presença em todos os países sul-americanos, exceto Guiana e Suriname, embora mais concentrada no segmento de *downstream* (refino e comercialização do petróleo). O Plano Estratégico 2020 da Petrobras apontou novas prioridades internas colocadas pelo desafio do pré-sal, alterando consideravelmente as perspectivas de atuação internacional da companhia e prevendo uma diminuição relativa dos seus investimentos na região (ainda que com aumento absoluto).

Coincidentemente, foi nesse período que a política externa brasileira passou a ter uma postura mais inercial em relação à América do Sul. No entanto, a perda acelerada de protagonismo brasileiro na região a partir de 2016 e a retração internacional da Petrobras, com a venda de ativos e redução de atividades no exterior, deixaram espaço para que potências externas e suas empresas petroleiras avancem pela América do Sul e mais especificamente nas oportunidades criadas pelas novas descobertas significativas de petróleo na Guiana e Suriname, na sua vizinhança. Adicionalmente, a IIRSA, que tinha como um de seus eixos geográficos (chamados Eixos de Integração e Desenvolvimento) o Escudo Guianês, envolvendo Brasil-Venezuela-Guiana-Suriname, congregando 20 projetos, não teve resultados efetivos na integração de transportes entre Brasil e Guiana.

## 5. Suriname: novas descobertas petrolíferas e potenciais contendas com a Guiana

Vale mencionar também contenciosos possíveis entre os vizinhos Guiana e o Suriname, inclusive por conta das descobertas petrolíferas na Guiana que colocaram o país como um importante alvo na geopolítica do petróleo.

O Suriname contestou o controle da Guiana sobre o Rio Corentyne em 2000, quando houve um incidente envolvendo uma plataforma de petróleo operada pela empresa canadense CGX, realizando trabalhos naquela área sob licença do governo da Guiana. A disputa acabou sendo resolvida em 2007 e a Guiana cedeu todo o rio ao ponto de maré baixa do lado da Guiana para o Suriname (ELLIS, 2019c).

No entanto, anteriormente, logo após a independência da Guiana, originou-se um contencioso relativo à região apelidada de “Triângulo no Novo Rio”, no leste do país, reivindicada pelo Suriname. Uma área remota e pouco povoada, mas com potencial hidrelétrico, controlada pela Guiana, onde estabeleceu uma pequena base. Todavia, em outubro de 2015, após o anúncio das descobertas petrolíferas guianenses em maio, o presidente do Suriname, ex-ditador que retornou ao poder democraticamente em 2010, Desi Bouterse, anunciou que a disputa sobre a região figuraria mais uma vez na agenda de seu país (ELLIS, 2019c). Mas, até o momento, nenhuma movida efetiva nesse sentido foi realizada, e os interesses surinameses em levantar a questão podem se arrefecer após suas descobertas de petróleo.

Em 2020, o Suriname registrou promissoras descobertas petrolíferas *offshore*. A empresa estadunidense Apache e a francesa Total encontraram significativas reservas em duas perfurações no chamado bloco 58, que compreende 1,4 milhões de acres, e a Apache caminha para a terceira perfuração. Ainda, os blocos marítimos do Suriname estão distribuídos entre diversas empresas estrangeiras: ExxonMobil, Kosmos, Petronas, Tullow e Statoil. Esse quadro aponta para o crescimento econômico do país, da mesma forma que argumentaremos sobre a Guiana, não livre de disputas políticas internas atreladas à presença e interesses de empresas e Estados de fora da América do Sul, em território continental e marítimo adjacente à Guiana.

## 6. A Guiana nos olhos da Venezuela e a questão de Essequibo

Venezuela e Guiana possuem uma disputa territorial histórica pela zona de Essequibo. A Venezuela reivindica a área sob posse legal da Guiana, na sua parte oeste e equivalente a 2/3 do seu território, que apresenta enorme potencial em

termos de presença de recursos naturais. Além da reclamação continental sobre Essequibo, a Venezuela também reivindica duas áreas marítimas (Zonas Econômicas Exclusivas - ZEE) da Guiana. Uma delas, em decorrência da demanda mencionada, refere-se à sua projeção de linha fronteira para o mar. Ainda, reivindica uma projeção alternativa de um ângulo de 70 graus partindo da fronteira atual – da boca do rio Orinoco – que incide também sobre o mar territorial (ZEE) do Suriname (ELLIS, 2019c).

Kelly (1997, p. 82) afirma que a questão “estava adormecida, mas poderia eclodir se a Venezuela pressionasse por uma solução”. Ele destaca ainda o interesse de Brasil e Estados Unidos no tema, tanto pela possibilidade de exploração de recursos, quanto pela posição geográfica do território guianês em seu potencial de articulação entre o Caribe e o continente sul-americano. Do ponto de vista geopolítico, a contenda de Essequibo é recorrente e tido como de suma importância por autores venezuelanos.<sup>9</sup> Em 1961, Rúben Castillo, por exemplo, observou como desastrosas as perdas territoriais venezuelanas, incluindo a de Essequibo. O autor também observou a potencial influência e ameaça dos Estados Unidos a partir da Guiana (KELLY, 1997 e CELIS NOGUERA, 1997).

A questão de Essequibo remonta a 1841, ano em que a disputa territorial entre Venezuela e Guiana começou a ganhar corpo, quando o governo venezuelano sucedeu as primeiras reclamações quanto à “invasão” de garimpeiros britânicos supostamente em seu território, uma vez que a Guiana ainda era colônia britânica. A suposição se dá por causa da indefinição acerca dos limites. O caso foi levado à arbitragem internacional, resultando no Laudo de Paris de 1899, favorável à causa inglesa, definindo a linha de fronteira na altura do Rio Cuyuni, e ratificado pelas duas partes. Diante das evidências de uma relação não tão austera dos juizes do caso quanto ao resultado da arbitragem, e da inadequação da base cartográfica utilizada, um novo entendimento venezuelano acerca do caso começou a ser ensaiado no início da década de 1960, durante o governo Rómulo Betancourt. A primeira reclamação protocolada às Nações Unidas se deu em 1963 e todo esse movimento contestatório da decisão arbitral resultou no documento “*Los derechos venezolanos de soberania en el Esequibo*” (1965), em que juristas e outros especialistas venezuelanos compilaram uma série de provas e argumentos que sustentariam e serviriam de base para que o contencioso fosse reativado no direito internacional.

Assim, em 1983, a Venezuela delegou ao Secretariado-Geral das Nações Unidas (SGNU) o poder de decisão acerca dos rumos de tal contenda, de modo que

<sup>9</sup> Por exemplo, Rúben Castillo e Aquiles Lopez Sanchez, com estudos e artigos publicados na *Revista de las Fuerzas Armadas* na década de 1950. Aparece também em vários estudos publicados no *Copendio de la Geopolítica Venezolana*, de 1997, organizado e impresso pela Fundação IAEDEN, organizado por Celis Noguera (1997).

está neste ponto a gênese do imbróglio que se estende até hoje. Uma vez chegando ao guarda-chuva das Nações Unidas, a partir de 1985 se pode observar que nenhum movimento mais incisivo ou agressivo sobre a região foi tomado naquele contexto pelas partes. Pelo contrário, a relação entre os dois países avançou até desenvolver um certo grau de cooperação e integração. Notadamente, sob o governo de Hugo Chávez, dentro de um “espírito sul-americanista”, uma série de esforços de cooperação e integração das mais simples e cotidianas áreas às mais complexas e sensíveis, como no caso de cooperação energética, foi ensaiada; não obstante, houve uma série de atos unilaterais em direção ao bom entendimento, como no exemplo do perdão da dívida guianense com a Venezuela. Grosso modo, foi o período que, salvo menores incidentes, a região experimentou uma frágil sensação de paz e entendimento.

Vale destacar as reivindicações territoriais marítimas venezuelanas mencionadas no começo da seção, pois, em 1966, com base nelas, a Venezuela passou a controlar e instalou um posto militar na ilha Ankoko, no rio Cuyuni no interior da Guiana, ocupado até hoje. Ellis (2019c, p. 207) descreve incidentes recentes relacionados a tal posse venezuelana: em 2000, o bloqueio da construção de uma instalação da empresa Bael Aerospace, sediada no Texas.; em outubro de 2013, um navio da marinha venezuelana interceptou um navio de exploração de petróleo de propriedade da empresa texana Anadarko Petroleum, escoltando-o para a Venezuela e prendendo sua tripulação, incluindo cinco americanos. Esse último episódio estremeceu as relações entre Venezuela e Guiana.

No entanto, após a descoberta de petróleo no mar territorial da costa da região de Essequibo pela empresa estadunidense ExxonMobil, no montante de 700 milhões de barris, em maio de 2015, agregaram-se variáveis geoeconômicas e geopolíticas circunscritas à multidimensional questão do petróleo, especialmente envolvendo importantes atores internacionais desse ramo: Venezuela e Estados Unidos – e, marginalmente, China. Vale mencionar que, em junho de 2015, a Marinha venezuelana declarou uma “zona de defesa integral” abrangendo a área marítima em litígio mencionada.

Faz-se importante notar que no início de 2007, quando a ExxonMobil limpou o caminho para a exploração na Guiana, a petrolífera americana teve um grande revés no país vizinho, pois o presidente Chávez decretou a nacionalização de quatro projetos administrados pelas empresas British Petroleum, ExxonMobil, Chevron, Conoco Philips, Total e Statoil. Os quatro projetos dos quais participavam essas empresas produziam 600 mil barris por dia, equivalentes a 25% da produção venezuelana, nos quais as companhias investiram cerca de US\$ 17 bilhões (BBC BRASIL, 2007). E, após longos contenciosos judiciais da ExxonMobil contra o governo venezuelano, a empresa foi derrotada, sofrendo grandes perdas financeiras.

Fator agravante viria a ser a impactante crise geopolítica, política e econômico-financeira que se arrasta na Venezuela desde 2014. Tal crise é configurada por acirramento das disputas internas, acompanhado do aumento da presença econômica e militar de potências externas aliadas ao governo Nicholas Maduro – China e Rússia – e da pressão dos Estados Unidos, com a decadência do protagonismo brasileiro e (em sua decorrência) das instituições regionais sul-americanas (como a Unasul), que vinham tendo importante papel na resolução de conflitos internos em países da região no século XXI.

Desta maneira, como seria possível prever, a partir dessa acepção estratégica da geografia da região de Essequibo, novos capítulos dessa disputa entre Venezuela e Guiana surgiram e merecem destaque.

Desde 2015, houve uma nova escalada de tensões na fronteira dos dois países, assim como o processo de negociação regrediu bastante em termos institucionais. Em janeiro de 2018, o Secretariado-Geral das Nações Unidas, responsável pelo mecanismo de Bons Ofícios para a questão, na figura de seu Secretário-Geral, e diante deste aumento de tensão político-diplomática, decidiu que iria submeter o caso à Corte Internacional de Justiça (CIJ), o que foi prontamente combatido pelo governo venezuelano que passou a não reconhecer a jurisdição da Corte para esse caso. Em fevereiro desse mesmo ano, observou-se uma escalada conflitiva devido à incisiva objeção e potencial ameaça à segurança nacional vindas da Venezuela contra as concessões dadas pelo governo guianense à ExxonMobil. Em abril, a Guiana entrou com uma demanda junto à CIJ acerca da confirmação da validade legal e efeito vinculante do Laudo de Paris de 1899. O caso ainda está em aberto, mas, caso a Guiana obtenha a confirmação, a Venezuela deve se retirar de qualquer ocupação em território guianense, assim como cessar qualquer ambição acerca dos recursos econômicos ligados diretamente a este território. Ainda, em 23 de dezembro de 2018, um navio da marinha venezuelana tentou interceptar o navio Ramform Tethys que estava conduzindo atividades de exploração de petróleo para a estadunidense ExxonMobil em águas da Guiana. Esta ação forçou uma suspensão temporária em algumas das operações *offshore* da empresa na Guiana.

Assim, em paralelo às descobertas petrolíferas na Guiana, à crise venezuelana e ao acirramento das tensões entre os países, pode-se observar uma crescente presença e disputa entre potências e empresas de fora da região na Venezuela, mas também uma crescente presença estrangeira no setor petrolífero da Guiana e do Suriname. Tal quadro leva à constatação de que a região norte da América do Sul se tornou um foco de tensão da disputa de poder global protagonizada por Estados Unidos e a aliança sino-russa.

Conclui-se que a disputa por Essequibo trata-se de uma questão contemporânea, de fundo histórico-secular, com implicações e vieses analíticos multidimensionais. Mas hoje, devido ao incremento de disputa política (doméstica e internacional) e de disputa sobre o aproveitamento econômico de recursos estratégicos, aqui, faz-se necessário analisá-lo a partir de uma perspectiva geoeconômica e geopolítica.

## 7. As descobertas petrolíferas na Guiana e suas implicações político-estratégicas

Em uma análise que confirma a visão de Le Billon (2005) mencionada na introdução deste texto, o professor do US Army War College, Robert Ellis, aponta os efeitos políticos das recentes descobertas de petróleo na Guiana, salientando que o partido empossado, quando do ingresso das rendas prometidas, provavelmente terá uma grande vantagem sobre os seus competidores:

A descoberta posiciona o país para receber uma ‘bonança do petróleo’ que começará no próximo ano (2020), e que, até 2025, poderá prover ao governo um bilhão de dólares ou mais por ano em receitas petrolíferas que beneficiarão sua pequena população, a qual se aproxima de 800.000 pessoas. O partido no poder quando o dinheiro do petróleo começar a entrar provavelmente permanecerá empossado durante uma geração inteira (ELLIS, 2019b)<sup>10</sup>.

Com o setor petrolífero ainda pouco desenvolvido na Guiana, que carece do desenvolvimento de instituições, órgãos de controle e regulamentações específicas, as pesquisas e exploração contam com ampla presença de empresas estrangeiras (principalmente estadunidenses).

Concomitantemente, os avanços na direção de assumir a capacidade de nacionalização ou atuação direta do Estado guianense no setor ainda são tímidos, processo este que ocorreu em vários outros países latino-americanos e caribenhos. Mesmo após o processo de privatizações dos anos 1990, pode-se observar um retorno das nacionalizações nos anos 2000, na América do Sul (Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela) e no mundo (Rússia e Inglaterra, entre outros). De acordo com o Banco Mundial, as empresas nacionais de petróleo respondem por mais de 75% da produção mundial e, desde 2010, controlam 90% das reservas provadas no mundo. O governo vem demonstrando que tem como objetivo seguir na direção de criar sua Empresa Nacional de Petróleo e, além disso, aplicar uma política de conteúdo local,

<sup>10</sup> Tradução própria, do inglês: “The discovery has positioned the country to receive an oil bonanza that will begin next year, and that, by 2025, could provide the government \$1 billion or more per year in oil revenues to benefit its small population, which numbers approximately 800,000 people. The party in power when the oil money starts to roll in will likely hold onto power for a generation.”

criar centros logísticos e institutos científicos e tecnológicos especializados, além de uma legislação tributária apropriada. Porém, esses planos ainda estão em sua maioria em fase de discussão e desenvolvimento (STAFF REPORTER, 2018).

A Guiana ainda não tem condições de suprir os recursos humanos tecnicamente capacitados que serão demandados para atuação na indústria energética. Para sanar tal problema, recebeu um empréstimo de US\$ 20 milhões do Banco Mundial, – organização multilateral na qual os Estados Unidos contam com alta influência para buscar os seus interesses econômicos e políticos. O empréstimo foi direcionado para desenvolver capacidades administrativas e regulatórias do setor, onde é empregada uma larga maioria de mão de obra especializada estrangeira oriunda de países próximos já experimentados na produção de petróleo, como Trinidad e Tobago, Venezuela, Brasil e Estados Unidos, por exemplo (STAFF REPORTER, 2019).

Por esses motivos, a Guiana se tornou um país atrativo para investimentos de grandes empresas petroleiras, principalmente do setor privado, que buscam alta lucratividade e fogem de empecilhos estatais burocráticos e regulatórios. Ou, mais do que isso, onde conseguem aplicar com sucesso uma estratégia de cooptação e influência do sistema político local, para garantir a continuidade de seu protagonismo na exploração energética sem interferências nos seus interesses.

A primeira das descobertas na Guiana, o campo de Liza 1, anunciada em maio de 2015, foi feita pela gigante estadunidense ExxonMobil, a maior empresa privada do mundo nesse setor, de origem no país que possui interesses estratégicos na região. Em 2017, ela anunciou investimentos da ordem de US\$ 5 bilhões na produção de petróleo na Guiana até 2020, e até agora já são 13 poços comprovados. Esses poços encontram-se no bloco de Stabroek, cerca de 200 km da costa da capital Georgetown, em águas com profundidade entre 1.500 e 1.900 m, e as reservas estão a uma profundidade de aproximadamente 3.600 km do leito marítimo. A maior parte dos poços está no território leste da costa guianense, e não na porção correspondente a região de Essequibo<sup>11</sup>.

Além da ExxonMobil, operadora principal que detém 45% das participações, o consórcio formado para a exploração do bloco de Stabroek também é composto por outra empresa privada estadunidense, a Hess Guyana Exploration (com 30%), e a estatal China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)/Nexen

<sup>11</sup> A questão de Essequibo e a relação com a Venezuela são importantes porque é um jogo mais amplo, que envolve a Exxon (que teve perdas na Venezuela), uma empresa dos Estados Unidos (que rivaliza com a Venezuela). A Exxon descobriu petróleo em Essequibo e avançou na Guiana em 2015, enquanto a Venezuela como resposta desenterrou a questão de Essequibo, aumentando ainda a sua relação com China e Rússia. Ao mesmo tempo, há um conflito potencial entre Guiana e Suriname, que foi mencionado pelo presidente no segundo após as descobertas na Guiana, mas parece ter sido esquecido após as descobertas no Suriname.



Petroleum Guyana (com 25%). A produção comercial começou no fim de 2019. A ExxonMobil já estava produzindo 98 mil barris de petróleo por dia em Liza-I em julho de 2020, com a pretensão de chegar a 120 mil barris no mês seguinte, e a 750 mil barris por dia até 2025, o que poderia colocar a Guiana na disputa pelo 6º lugar na lista de países com maior produção na América. Segundo algumas estimativas, a produção futura tem potencial para quadruplicar o PIB atual do país, com a entrada anual de US\$15 bilhões, e a arrecadação do governo poderia chegar a US\$5 bilhões no final da próxima década. Outras estimativas mais ousadas dizem que a extração poderia render entre US\$7 bilhões a US\$ 27 bilhões em receitas brutas por ano nos próximos 30 anos (ELLIS, 2019a).

O entusiasmo com a descoberta foi tão grande que Neil Chapman, membro da mesa de diretores da Exxon, chegou a classificá-la como “um conto de fadas” (CROWLEY, 2018). Posteriormente, em 2018, Rex Tillerson, ex-CEO da Exxon e Secretário de Estado americano durante pouco mais de um ano, chegou a afirmar que as descobertas faziam com que fosse possível “tornar o nosso hemisfério o centro incontestado do suprimento global de energia” (HUNT, 2019). Tais manifestações ajudam a salientar o entusiasmo que se fez presente entre os círculos importantes nos Estados Unidos.

Vale notar que o interesse da ExxonMobil no país data de meados dos anos 1990, quando a empresa identificou as águas profundas da Guiana como “área de interesse” para petróleo após concluir uma série de pesquisas geológicas. Em 1999, uma subsidiária assinou um acordo para fazer perfurações em uma vasta concessão *offshore*. Contudo, durante anos a empresa concretizou pouca coisa, principalmente por causa da disputa de fronteira marítima acima citada entre Guiana e Suriname, iniciada em 2000 e resolvida em 2007, abrindo caminho para a ExxonMobil reiniciar a exploração um ano depois. Sete anos mais tarde, em 2015, ela anunciou uma descoberta significativa (MAIDENBERG; ANDREONI, 2018).

Era previsível a existência de petróleo na Guiana já que o país está localizado em uma região cercada por reservas já conhecidas como as das ilhas de Trinidad e Tobago, a oeste da Guiana, onde a exploração de petróleo é centenária. E, do seu outro lado, no leste, na Guiana Francesa foi descoberto petróleo em 2011. Assim, as companhias petrolíferas ficaram cada vez mais interessadas nessa porção nordeste da América do Sul, onde especialistas do setor descreveram como um ponto de mudança para as perspectivas de energia da região.

Como vimos na seção anterior, as descobertas de petróleo na Guiana são uma variável adicional a um problema mais complexo, pois há uma histórica e mal resolvida disputa territorial com a Venezuela, que reivindica uma porção substancial do seu território, onde possivelmente estão localizadas reservas de petróleo.

No início do século XXI, as relações entre a Venezuela e a Guiana eram amistosas durante os governos Chávez (1999 a 2013) e Jagdeo (1999 a 2011), e os novos presidentes Maduro e Ramotar encontraram-se em 2013 para reafirmar as cooperações existentes, como a continuidade no intercâmbio de arroz para a Venezuela e petróleo para a Guiana no âmbito dos acordos do Petrocaribe assinados em 2009 (DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION, 2014). As trocas acumularam um total de cerca de US\$ 500 milhões em arroz por petróleo até 2015, ano em que tudo mudou. Ainda no final de 2013, cerca de um mês depois do encontro presidencial, o mencionado episódio de captura de uma embarcação da empresa estadunidense Anandarko pela marinha Venezuela em águas guianenses na área reivindicada, estremeceu as relações entre os países, inaugurando uma nova era na crise territorial.

A divisão étnica e as disputas políticas internas que impactam na configuração política da Guiana marcaram mudanças e a conturbação no país desde então, que puderam ser aproveitadas por atores externos. Nas eleições gerais guianenses de maio de 2015, o partido de oposição APNU venceu, encerrando um ciclo de 23 anos do mesmo partido (PPP) no poder desde 1992. Nove dias depois das eleições a ExxonMobil anunciou o sucesso das descobertas significativas de petróleo no bloco de Stabroek. Em consequência disso, ao final do ano, a Venezuela parou de comprar grande parte do arroz da Guiana, que foi retirada do Petrocaribe, e a disputa territorial por Essequibo entrou em uma nova escalada de tensões (ASSOCIATED PRESS, 2017 e OSBORNE, 2018). Ao mesmo tempo, a Venezuela passou a ser alvo de crescente pressão estadunidense e arena de uma crescente presença de potências externas – China e Rússia –, num contexto de aguda decadência da projeção regional do Brasil a partir de 2015, tornando-se palco da disputa de poder global projetada na América do Sul.

No mandato do presidente David Granger do APNU, eleito em 2015 em um governo de coalizão (com o partido AFC – Alliance For Change) estabelecido por uma frágil maioria de apenas um parlamentar, foi assinado um novo contrato, em 2016, revisando e alterando os dispositivos contratados em 1999 com a ExxonMobil. Apesar de haver alguns aumentos nos ganhos para a Guiana no novo contrato, ele não foi divulgado prontamente, gerando controvérsias à medida que os detalhes começaram a vazarem, ficando evidente que este era muito mais favorável às empresas petrolíferas, que teriam ganhos acima dos padrões internacionais. A falta de transparência trouxe questionamentos da sociedade guianense. Ainda, uma cláusula que concedeu o pagamento de um bônus no valor de US\$ 18 milhões pela empresa ao governo, caso o contrato fosse assinado, gerou ainda mais suspeitas e ressalvas.

Ao avaliar o contrato, o Fundo Monetário Internacional (FMI) emitiu um relatório para autoridades guianenses no qual descreveu os termos como “relativamente favoráveis aos investidores pelos padrões internacionais”, afirmando que “os acordos existentes de compartilhamento de produção parecem ter taxas de royalties bem abaixo do que é observado internacionalmente” (HUNT, 2019).

Após meses de pressão, o governo finalmente liberou todo o contrato no final de 2017. Para alguns observadores externos, os termos demonstram que a Guiana perdeu uma grande oportunidade. A Open Oil, uma empresa analítica alemã, estimou que a Guiana não absorverá mais de 54% dos recursos econômicos do contrato, menos que outros acordos comparáveis. Gana, por exemplo, estruturou um acordo para petróleo *offshore* que lhe dará 64%. Os críticos do acordo na Guiana vão além, vendo-o como um fracasso que precisa ser renegociado (MAIDENBERG; ANDREONI, 2018).

Com a ameaça territorial crescente proveniente da reivindicação da Venezuela, observa-se que o governo guianense atrelou sua estratégia de defesa ao uso do poder econômico da gigante petroleira estadunidense. Isso ficou evidenciado com a atuação do corpo diplomático dos Estados Unidos, que anteriormente apresentava uma posição de maior neutralidade.

À medida que os funcionários dos Estados Unidos começaram a se aliar à Guiana, eles também começaram a trabalhar para defender o contrato da ExxonMobil com o governo da Guiana. Os termos do contrato, que inicialmente foram mantidos em segredo do público, foram vigorosamente debatidos na Guiana porque são muito favoráveis à ExxonMobil (HUNT, 2019).

Assim, os Estados Unidos atuam para defender a posição econômica de sua empresa em um território com posição e recursos estratégicos (Guiana), e com um governo que atua de forma favorável (em termos de legislação) à exploração por parte de sua petrolífera. Ao mesmo tempo, isso ocorre frente a um Estado que possui também posição geográfica e recursos estratégicos (Venezuela), mas que conta com um governo que atua de forma contrária à participação das empresas estadunidenses, e no plano geopolítico se posiciona contrariamente e alia-se a atores externos que são rivais dos Estados Unidos, além de que vem resistindo ao longo do século XXI às pressões estadunidenses por mudança de governo.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Isso se deu de forma clara em 2002 com a tentativa de golpe da elite venezuelana, apoiada pela CIA, e de forma explícita e implícita no período posterior, por meio de sanções econômicas e ajuda financeira para o “apoio à democracia” na Venezuela, que fortalecem a posição de grupos internos opositores, passando pelo reconhecimento do “presidente autoproclamado” Juan Guaidó, que vem tentando tomar o poder de forma não democrática e com legitimidade no mínimo questionável.

Conforme mencionado, em 2018 a Guiana levou novamente a disputa territorial com a Venezuela para a Corte Internacional de Justiça, e os advogados que estão discutindo o caso serão pagos com recursos de até US\$ 15 milhões recebidos no bônus contratual da ExxonMobil. Ou seja, a empresa estadunidense entrou definitivamente na ofensiva contra a Venezuela, com quem enfrentou conflitos judiciais anteriores, se utilizando do governo da Guiana como novo títere na disputa. A título de comparação de poder econômico, o PIB da Guiana é US\$ 3,7 bilhões (2017), e a receita da ExxonMobil é US\$ 279 bilhões (2018).

Ainda, em dezembro de 2018, houve uma reviravolta política interna na Guiana, que leva a um impasse até hoje. O governo do presidente David Granger perdeu uma moção de desconfiança quando um congressista da coalizão governista se rebelou e votou contra o governo, desmontando a frágil maioria. Esse fato obrigou a realização de novas eleições presidenciais e legislativas dentro de três meses, conforme ordena a constituição. Porém, o governo manobrou para que a derrota não fosse válida, trocando o deputado rebelde por outro alinhado e defendendo que aquela moção foi inválida. Abriu-se um longo contencioso jurídico de interpretações entre governo e oposição, os meses se arrastaram, mas o governo perdeu e as novas eleições foram agendadas pela Comissão Eleitoral da Guiana para dia 2 de março de 2020. De todo modo, novas eleições gerais deveriam ocorrer em agosto de 2020, ano de encerramento do mandato de Granger. No entanto, Granger não aceitou o resultado das eleições, questionando a pequena vantagem da oposição e pressionando por uma recontagem dos votos, que confirmou em junho a sua derrota. Mesmo assim, ele não aceitou a derrota e alega que houve fraude nas eleições, apoiando-se em relatório do chefe da comissão eleitoral, aliado do presidente.

A Corte de Justiça do Caribe, última instância jurídica do país, determinou a vitória da oposição em julho, o que fez aumentar a pressão internacional. Além da CARICOM (Comunidade do Caribe), até mesmo a OEA (Organização dos Estados Americanos) e o Departamento de Estado dos Estados Unidos reconhecem a vitória da oposição e pressionam. O novo governo deverá comandar o país por mais cinco anos, exatamente quando poderá surfar em um tsunami de dólares provenientes da indústria do petróleo. O FMI previa um crescimento do PIB superior a 50% no ano, em razão do início da exploração petrolífera, mas que deve ficar menor em razão da pandemia e da crise política (ZANINI, 2020). A briga entre governo e oposição para decidir quem irá se beneficiar com o poder de controlar os destinos da bonança promete ser intensa.

Ainda que tenha uma participação marginal na exploração petrolífera na Guiana, devido à sua importância na disputa de poder global e na América do Sul, especialmente na vizinha Venezuela, merece atenção a atuação da China. A China

apresenta uma crescente necessidade de buscar recursos naturais além de suas fronteiras. Uma forma de atuação é conhecida como “oil for loan”, operação na qual através de suas instituições financeiras e empresas estatais, a China concede financiamento tendo como lastro a garantia de abastecimento assegurado de recursos naturais estratégicos (não somente petróleo). A crescente presença econômica chinesa na América do Sul nos anos 2000 acaba por ter implicações estratégicas, impactando nas reflexões e ações estratégicas estadunidenses, e deveria ser vista da mesma forma em outros Estados da região. Blackwill e Harris (2016) enfatizam que a China seria o maior símbolo da crescente utilização de instrumentos econômicos para buscar fins geopolíticos.

A atual presença chinesa passa pela exploração petrolífera e pela inclusão da Guiana no projeto da Nova Rota da Seda. A petrolífera estatal chinesa CNOOC (China National Offshore Oil Corporation) é, como já foi apontado, a terceira maior operadora do bloco de Stabroek, com 25% das atividades. Em julho de 2018, o governo da Guiana assinou um memorando de entendimento com a República Popular da China no qual expressava o desejo de cooperação entre os dois países dentro do marco da “Belt and Road Initiative”. Está prevista ainda a construção de uma estrada ligando Manaus à Guiana, além de outros vários projetos de infraestrutura que visam tornar a cidade guianense de Lethem um importante centro comercial (BELT AND ROAD NEWS, 2019).

O projeto mencionado pode atender interesses brasileiros de acesso ao Atlântico-Caribe pelo Norte, pode estimular o comércio Brasil-Guiana e Brasil-China, nesse caso com exportações brasileiras de commodities, mas pode também contemplar interesses guianenses e chineses de acessar a Amazônia. Os efeitos da via, se construída, dependem dos acordos e políticas econômicas envolvidos entre os países, que nem sempre atendem a interesses estratégicos de todas as partes.

## 8. Considerações finais

Como foi afirmado, a região na qual se localiza a Guiana é do mais alto relevo estratégico quando são considerados os imperativos geopolíticos elementares dos Estados Unidos, assim como do Brasil.

O petróleo é uma promessa futura que instiga esperanças de superação da pobreza e subdesenvolvimento na Guiana, porém é uma promessa incerta e com ameaças reais, pois, como a história mostra, pode levar a uma maldição econômica e política em países subdesenvolvidos dependentes dos seus recursos naturais.

A estratégia estadunidense no que se refere ao suprimento de energia, somada à posição estratégica da Guiana no Caribe, corroboram para concluir que

não é de interesse dos Estados Unidos que potências externas rivais tenham presença no Grande Caribe, explorando um recurso estratégico. Ao mesmo tempo, não é de interesse dos Estados Unidos que a Guiana caminhe para uma utilização autônoma dos seus recursos em favor de seu desenvolvimento e autonomia na sua política externa.

Em um espaço de tamanha relevância estratégica como a América Mediterrânea, onde se constata a presença militar estadunidense, é razoável supor que os Estados Unidos favoreçam a operação de suas empresas petrolíferas através de esforços sistemáticos operados por diversos meios. Este já é o caso, com a ExxonMobil e a Hess operando 75% do bloco de Stabroek, que é o bloco principal e mais avançado na Guiana. Sendo a ExxonMobil a petrolífera operadora que primeiramente descobriu as reservas e a que continua a realizar descobertas, é improvável que este cenário mude (OGJ EDITORS, 2019).

E, no que se refere à disputa fronteiriça entre Guiana e Venezuela, os Estados Unidos têm recentemente se posicionado abertamente em favor da primeira. Tal posição se assenta nas indisposições políticas marcadas contra a Venezuela, na presença sino-russa na Venezuela, e no fato de que as empresas estadunidenses já assumiram postura avançada no que se refere à exploração do petróleo na Guiana, progredindo crescentemente para o território ultramarino localizado em Essequibo, área reivindicada pela Venezuela.

Na perspectiva dos Estados Unidos podemos considerar que sua diplomacia é operada em frentes “não convencionais” ao atrelar-se conjuntamente aos interesses da ExxonMobil influenciando internamente no sistema político da Guiana para garantir uma nova fonte petrolífera de alto potencial produtivo em um território geograficamente próximo e de fácil acesso. E em um país muito mais fácil de ser controlado e subordinado como fornecedor próximo e seguro, em comparação à Venezuela, dado o tamanho pouco significativo de sua população. Por outro lado, na Venezuela, registramos crescentes tensões que projetam a disputa de poder global, como a presença chinesa e russa, e os aumentos das pressões estadunidenses.

Já o outro país vizinho, o Suriname, vem apresentando significativas descobertas petrolíferas em 2020, combinada ao avanço da presença de empresas transnacionais estadunidenses e europeias; o que tende a arrefecer a possibilidade de retomada de disputas territoriais diante da Guiana, e potencializa um domínio mais amplo estadunidense nessa porção do norte da América do Sul, frente à presença sino-russa na Venezuela.

Também, denotam-se outros fatores na relação mais estrutural entre Guiana e Estados Unidos, como sua maior proximidade e influência cultural devido a herança compartilhada da língua inglesa, por também ser uma ex-colônia britânica (que se considera caribenha, e não latina) e pela imigração em massa de longa data de guianeses para os Estados Unidos, onde vivem cerca de 280.000 guianenses e seus descendentes, sendo que outros 85.000 vivem no Canadá. Existe até uma iniciativa por parte dessa população de realizar um plebiscito para integrar o país aos Estados Unidos como um novo estado integrante da federação ou um território associado, similar a Porto Rico.<sup>13</sup>

A Venezuela, por outro lado, acumula um sentimento histórico de arbitrariedade e injustiça das decisões jurídicas colonialistas, evocando sentimentos coletivos de patriotismo e reivindicação da soberania. A intensificação das reivindicações territoriais por parte da Venezuela aparentemente se insere como uma das frentes na sua contraofensiva aos diversos bloqueios de ordem geopolítica e geoeconômica capitaneados pelos Estados Unidos, que esta vem sofrendo principalmente nos últimos quatro anos. Evitar a presença de empresas estadunidenses explorando e produzindo petróleo na região de Essequibo trata-se, na sua perspectiva, de uma questão de defesa de sua soberania territorial e reconquista do domínio sobre recursos naturais estratégicos usurpados.

Por último, o trabalho procurou demonstrar que o território da Guiana se insere numa disputa geopolítica mais ampla, no contexto da qual os Estados Unidos se veem cada vez mais obrigados a pôr em xeque as iniciativas chinesas na região. As descobertas das reservas, como já mencionado, aumentam as fichas do jogo. Vale lembrar também que todo o globo está inserido em um cenário de tensão cada vez mais exacerbada, cuja contenda central parece ser aquela relacionada à disputa entre Estados Unidos de um lado e, de outro, uma aliança sino-russa. Dentro deste conflito sistêmico de grandes proporções, a importância da Guiana e de suas reservas ainda está por ser descoberta, mas a expectativa é justificadamente grande. O que de fato já ocorre é um acirramento das disputas internas, que pode ser aproveitado por atores externos, onde a ExxonMobil e os Estados Unidos já largaram na frente. Ao mesmo tempo, o Brasil, maior país da América do Sul, amazônico e fronteiro à Guiana, desde 2016 deixou de ter projeção regional, assim como sua empresa Petrobras reduziu sua presença internacional e regional, abrindo espaço para a projeção de Estados e empresas de fora do continente.

É evidente que a presença chinesa na América Mediterrânea (e, em linhas gerais, também a da América do Sul) é contrária aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Caso a estatal chinesa CNOOC assuma um protagonismo ou

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.guyanausa.org/mission.htm>.

controle das operações na região, a sua presença pode desencadear um cenário de disputa, assim como ocorre no caso da vizinha Venezuela, onde a presença chinesa vem sendo dominante. A inclusão da Guiana na iniciativa da Nova Rota da Seda sinaliza uma nova “investida” chinesa, que, como apontado anteriormente, também se faz presente no restante da América Latina e do Caribe. Neste caso, atuando mais na forma de um consórcio pontual na exploração de petróleo conjuntamente com as empresas estadunidenses, assumindo na Guiana um papel secundário, mas garantindo alguma presença.

Pode-se concluir que os desdobramentos relativos à Guiana são mais uma arena deste grande tabuleiro, onde China e Estados Unidos travam uma lenta batalha de posições, e que aparentemente vem se acirrando no norte da América do Sul e no “Mediterrâneo Americano”. Por enquanto, os americanos parecem favorecidos na Guiana pelo ciclo conservador iniciado na segunda década do século XXI, que se seguiu ao ciclo progressista anterior.

Na Venezuela, Rússia e China tomaram uma melhor posição na disputa. O Suriname se abriu como uma oportunidade onde avançam predominantemente empresas estadunidenses e europeias. Finalmente, deve-se ter em conta que o Grande Caribe é uma área estratégica para os Estados, onde, dependendo dos custos envolvidos ou de erros de cálculo estratégico, podem estar dispostos a usar a força. Isso não vale para a China e Rússia, que atuam na região de forma pragmática na busca por recursos e mercados que podem ter sua fonte ou direcionamento para outras regiões ou países. Mas parecem tentar impor custos aos Estados Unidos em sua área estratégica, inclusive com relações militares, assim como este faz no entorno estratégico chinês e russo. Nessas áreas, a atuação desses países é assertiva e estão dispostos a empregar a força, assim como os Estados Unidos, que veem a Eurásia como o continente basilar, como revelam seu pensamento e documentos estratégicos. Da perspectiva do Brasil, nesse jogo global e na sua área de interesse estratégico, ele se tornou um mero expectador ou apêndice dos Estados Unidos, apequenando-se de forma desproporcional à estatura dos seus território e recursos.

## 9. Referências bibliográficas

ASSOCIATED PRESS. 6 arrested in Guyana probe of fund linked to Petrocaribe. **Associated Press**, 19 de mai. de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2l1dekw>>.

BANDEIRA, L. A. M. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2009.

BBC BRASIL. Chávez decreta nacionalização de petróleo do Orinoco. **BBC Brasil**, 27 de fev. de 2007. Disponível em: <<https://bbc.in/2kxBOt5>>.



BELT AND ROAD NEWS. China extends its reach into Guyana. **Belt and Road News**, 20 jan. 2019. Development. Disponível em: <<https://bit.ly/2my4Byu>>.

BLACKWILL, R.; HARRIS, J. **War by Other Means**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

CELIS NOGUERA, C. **Compendio de la geopolítica en Venezuela**. Caracas: Ediciones Fundaiaeden, 1997.

CROWLEY, K. Exxon's Exxon's 'Fairy Tale' Discovery in Guyana May Be Just the Start. **Bloomberg**, 24 jul. 2018. Business. Disponível em: <<https://bloom.bg/2NKzacB>>.

DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION. I'm here to ratify the policy of brotherhood - President Maduro. **News**. 17 de jun. de 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2m86PUX>>.

ELLIS, E. Guyana at Risk: Ethnic Politics, Oil, Venezuelan Opportunism and Why It Should Matter to Washington. **Center For Strategic & International Studies**, 8 de jan. de 2019a. Commentary. Disponível em: <<https://bit.ly/2m88km3>>.

ELLIS, E. Navigating Guyana's Muddy Watters. **Center For Strategic & International Studies**, 26 de mar. de 2019b. Disponível em: <<https://bit.ly/2kxMyHV>>.

ELLIS, E. Security Challenges in Guyana and the Government Response. **Journal of the Americas**. Vol.1, N.3. Air University Press, pp. 205-229, 06 de dez. de 2019c. Disponível em: <https://www.airuniversity.af.edu/JOTA/Display/Article/2034216/volume-1-n-3/>

ENERGY INFORMATION AGENCY. **Banco de Dados**. Washington: U.S. Energy Information Administration (EIA), 2017.

ENERGY INFORMATION AGENCY. **Banco de Dados**. Washington: U.S. Energy Information Administration (EIA), 2019. Disponível em: ([https://www.eia.gov/dnav/pet/pet\\_move\\_impqus\\_a2\\_nus\\_ep00\\_im0\\_mbbbl\\_a.htm](https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_impqus_a2_nus_ep00_im0_mbbbl_a.htm)).

FIORI, J. L. Nicholas Spykman e a América Latina. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, nov. 2007. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2007-11,a2062>>.

FIORI, J. L.; PADULA, R.; VATER, M. C. A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da Bacia do Atlântico Sul. In: GOMES, C.

(supervisor). **Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro** (volume III). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013.

HORWITZ, B.; BAGLEY, B. **Latin America and the Caribbean in global context: why care about what happens in the Americas?** New York: Routledge, 2016.

HUNT, E. U.S. Diplomats Boost ExxonMobil in Guyana. **The Progressive**, 14 mar. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2m0n8mK>>.

KELLY, P. Checkerboards and Shatterbelts. **The geopolitics of South America**. Austin: University of Texas Press, 1997.

KLARE, M. **Rising Powers, Shrinking Planet**. Oxford: Oneworld, 2008.

KRAUSS, C. Suriname Could Be Latest Big Oil Find as Industry Cuts Costs. **The New York Times**, New York, 21 jan. 2021

LE BILLON, P. **The Geopolitics of Resource Wars**. New York: Routledge, 2005.

MAHAN, A. **The interest of America in Sea Power, Present and Future**. London: Ria Press Edition, 1897.

MAIDENBERG, M.; ANDREONI, M. The Country That Wasn't Ready to Win the Lottery. **Foreign Policy**, 19 jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2MbItS4>>.

MEIRA MATTOS, C. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

MILLS, R. Guyana may be the next big beast in global oil. **The National**, 8 out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2INf6EV>>.

OGJ EDITORS. Exxon Mobil reports 13th Discovery in Guyana. **Oil & Gas Journal**, 18 abr. 2019. Exploration & Development. Disponível em: <<https://bit.ly/2mrNwWT>>.

OSBORNE, J. In Guyana, Exxon oil project stirs international tensions. **Houston Chronicle**. 2 nov. 2018. Energy. Disponível em: <<https://bit.ly/2mtAckZ>>.

SPYKMAN, N. **Estados Unidos frente al mundo**. México: Fondo de Cultura, 1942.

STAFF REPORTER. Guyana to establish national oil company soon. **Guyana Chronicle**, 20 mai. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2l46KBr>>.

STAFF REPORTER. Understanding Energy | World Bank Funding For Energy Industry Management. **Guyana Chronicle**, 12 mai. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2kRVLeY>>.

TRAVASSOS, M. **Projeção Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

ZANINI, F. Guiana vive eleição interminável e crise política após descoberta de petróleo. **Folha de São Paulo (Folhapress)**, 14 jul. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/guiana-vive-eleicao-interminavel-e-crise-politica-apos-descoberta-de-petroleo.shtml>>.